

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.117 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2000

Plenário começa a discutir PEC que fixa recursos mínimos para saúde

Autorização para estados fixarem pisos salariais diferenciados, criação da Agência Nacional de Águas e acesso dos cidadãos a dados da gestão financeira e orçamentária da União são outras propostas na pauta do Senado nesta semana



Valadares (*acima*) é o relator da PEC que fixa recursos para a saúde. O Plenário examina também, em segundo turno, proposta sobre registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior



A discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que assegura a destinação de recursos mínimos para a saúde, por parte de municípios, estados e União, é um dos itens da pauta do Plenário do Senado nesta semana. Amanhã, os senadores votarão projeto que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados. Na quarta-feira será apreciado projeto que faculta à sociedade acesso aos sistemas de informação relativos à gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União.

PÁGINA 3



Tuma (*abaixo*) quer entregar seu relatório até o meio-dia. A CCJ se reúne para leitura do documento a partir das 18h



Relatório de Tuma sobre Estevão será lido hoje na CCJ

PÁGINA 4

CE PROJETO GARANTE CARÁTER EDUCACIONAL DO ESTÁGIO

Proposta que assegura a prevalência do caráter educacional do estágio profissionalizante está na pauta da Comissão

de Educação, que se reúne amanhã, a partir das 11h30. O projeto de lei disciplina também os direitos dos estagiários.

PÁGINA 2



Antero de Barros: parecer favorável ao projeto sobre estágios



Ademir Andrade quer evitar a exploração de estagiários

SENADORES DEBATEM PROPOSTAS PARA SEGURANÇA PÚBLICA

PÁGINA 6

Comissão de Educação discute na terça novas regras para o estágio

Proteger os estagiários é um dos objetivos do projeto de lei do senador Ademir Andrade

Em reunião extraordinária convocada para terça-feira, às 11h30, a Comissão de Educação (CE) apreciará, em decisão terminativa, parecer favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que modifica a legislação vigente relativa a estágios de estudantes de ensino superior, especial e profissionalizante. O objetivo de Ademir é garantir a prevalência do caráter educacional do estágio e proteger os estagiários num momento em que muitas empresas têm recorrido ao estágio como forma de contratar mão-de-obra qualificada e barata.

Pelo projeto, os estágios devem ser organizados em função de currículos, programas e calendários escolares, de modo a propiciarem complementação do ensi-

no e da aprendizagem. Quanto às condições de proteção aos estagiários, a proposta prevê remuneração não inferior a um salário mínimo, 30 dias de férias remuneradas após 12 meses de estágio, seguro contra acidente de trabalho e, a pedido do estagiário, dispensa durante o período de provas e exames. Os estágios deverão ter duração máxima de dois anos.

A pauta de votações inclui também dois projetos de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que receberam pareceres favoráveis do relator Luiz Estevão (PMDB-DF). Um deles propõe que a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, em Caracará (RR), seja denominada Ponte Vieira de Sales Guerra. O outro refere-se a trecho da BR-401, em Roraima, a que o senador propõe denominar Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho.

Ronaldo Cunha Lima elogia anúncio de transposição do rio São Francisco

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) destacou, em pronunciamento feito no Plenário na última sexta-feira, a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, anunciada na última semana, de realizar a transposição das águas do rio São Francisco.

— Este é um sonho mais do que centenário. Finalmente há a firme disposição do governo de iniciar as obras do projeto que não apenas transpõe água para o sedento e sofrido semi-árido nordestino, mas cuidará também de trechos e da navegabilidade do Velho Chico, assim como do umedecimento de suas calhas fluviais secas, permitindo o restabelecimento da flora e da fauna — afirmou, lembrando a insistência com que a idéia tem sido defendida.

Para o senador, que considera urgentes as obras de transposição do rio, são equivocadas as afirmações de que os problemas de assoreamento do rio e a destruição de suas matas ciliares seriam agravados após as obras.

— Levantamento recente do Mi-

nistério da Integração Nacional aponta a expansão descontrolada da agricultura na bacia do São Francisco como responsável pelo desmatamento e assoreamento da foz. Conclui também que a construção das barragens da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) motivaram as

erosões — disse, salientando que ações igualmente prioritárias serão desenvolvidas a partir da implementação de um amplo programa de revitalização do rio, em fase final de elaboração.

Ronaldo Cunha Lima procurou refutar outras críticas já lançadas contra o projeto.

— A transposição em nada prejudicará o São Francisco. Não haverá prejuízo algum no tocante ao seu volume de água. O único prejuízo, na verdade, ocorrerá sobre a geração da Chesf e equivale a 3% da demanda atualmente produzida, mas somente a partir de 2010.



Ronaldo considera a obra "inadiável e irrecusável"

Isso, porém, será compensado com a futura construção do Parque Térmico a Gás Natural, previsto no Plano 2015 da Eletrobrás, e com a geração da 2ª etapa de Tucuruí — explicou, negando qualquer prejuízo à barragem de So-bradinho, distante 200 km do projeto, e à navegabilidade do rio.

Ele enumerou, ainda, as vantagens provenientes da obra, que considera uma resposta às "súplias dos nordestinos".

— Haverá um aumento da oferta de água no semi-árido setentrional. A obra trará benefícios diretos a cerca de 7 milhões de pessoas. Nenhum outro projeto para o Nordeste é tão abrangente e traz tantos benefícios. O custo total é da ordem R\$ 2,8 bilhões, equivalente aos gastos do governo com as frentes de emergência na última seca — concluiu Ronaldo Cunha Lima, que considera a obra "irrecusável e inadiável".

Paulo Souto e Arlindo Porto em entrevistas na TV Senado

A TV Senado apresenta hoje entrevista com o senador Paulo Souto (PFL-BA) sobre a previdência complementar. O programa vai ao ar à 1h, 6h30 e 13h30.

Segundo o senador, os fundos de pensão formam hoje a maior fonte de investimentos de médio e longo prazos nos países mais industrializados.

O projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que trata da formação de condomínios rurais para contratar trabalhadores temporários é tema de outra entrevista que vai ao ar pela TV Senado. O programa, com Arlindo Porto, pode ser visto às 3h30, 7h30 e 20h30.

AGENDA	
SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2000	
<p>PLENÁRIO</p> <p>14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLC nº 19/2000, que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu 2º; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/99, da nova redação à alínea "c" d o inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); quarta dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, da nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 25/94, que renova a concessão outorgada à Rádio Panatí OM, de Patos (PB); PDL nº 66/94, que renova a permissão outorgada à Rádio Araguaia FM, de Brasília (DF); PDL nº 196/99, que renova a concessão da Rádio Difusora Guarapuava OM (PR); e PR nº 51/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de 824,3 euros, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).</p>	<p>PLENÁRIO</p> <p>Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLC nº 3/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA); PR nº 59/2000, que autoriza o estado de São Paulo a conceder contragarantia ao Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 200 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê — Etapa II; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PLC nº 27/99, que regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; PDL nº 219/99, que renova a concessão da Rádio Excelsior OM, de São Paulo (SP); PDL nº 237/99, que outorga concessão à Fundação Champagnat para explorar canal de TV em Curitiba (PR); PDL nº 244/99, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para explorar rádio FM em Vila Velha (ES); e PDL nº 279/99, que outorga permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado para explorar rádio FM em Ijuí (RS).</p>
<p>COMISSÕES</p> <p>Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) Pauta: exame da Representação nº 2/99, para apurar quebra de decoro parlamentar do senador Luiz Estevão. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</p>	<p>COMISSÕES</p> <p>Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: PLC nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; PLC nº 22/2000, altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre o imposto dos estados e do DF sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; PRS nº 25/2000, acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo</p>
<p>PREVISÃO DA SEMANA</p>	<p>Quarta-feira</p>

Brasil 500



dos estados, do DF, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Ofício "S" nº 28/2000, que encaminha ao Senado solicitação do governo de Santa Catarina para cancelar o registro na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), de 170 mil Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFTESF), de propriedade do Fundo de Liquidez da Dívida Pública daquele estado, emitidas para pagamento de precatórios, cujo valor correspondia a R\$ 402,8 milhões; Mensagem nº 126/2000, que submete o nome de João Grandino Rodas para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos; Mensagem nº 127/2000, que submete o nome de Thompson Almeida Andrade para o cargo de conselheiro do Cade, com mandato de dois anos; Mensagem nº 128/2000, que submete o nome de Celso Fernandes Campilongo para o cargo de conselheiro do Cade, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 129/2000, que submete o nome de Afonso Azevedo de Mello Franco Neto para o cargo de conselheiro do Cade. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Quarta-feira
10h — Comissão Mista destinada a apreciar a MP 1.988-21, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89.
Pauta: discussão do relatório. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

ESPECIAL

Quarta-feira
12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: Como enlouquecer seu chefe, de Nike Jügde. Auditório Patrícia Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

PEC da saúde entra na pauta do Plenário na quarta

Senado inicia a discussão em primeiro turno da proposta oriunda da Câmara dos Deputados determinando que os recursos aplicados no setor obedecerão a percentual mínimo definido por lei complementar

Em primeiro turno, o Senado inicia na quarta-feira a discussão de proposta de emenda constitucional da Câmara dos Deputados determinando que os recursos aplicados em saúde pública obedecerão a percentual mínimo definido por lei complementar. A lei também aumenta o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, definindo as suas fontes.

A proposta, que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentado pelo relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de

saúde pela União, estados e municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União será obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o DF terão de aplicar em ações de saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis. 15% será o percentual aplicado aos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços (ISS)

e Transmissão Inter Vivos, apurados pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Amanhã, os senadores votam projeto oriundo do Executivo que autoriza os estados e o DF a instituir pisos salariais diferenciados. Já votado na Câmara, o texto não revoga a política de fixação de um salário mínimo nacional – hoje fixado em R\$ 151. A nova regra se aplica a trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos estaduais sem piso fixado em lei federal, convenção ou acordo coletivo.

No mesmo dia, o Plenário delibera sobre projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da política nacional de recursos hídricos.

Discussão de projetos marca a sessão

O primeiro dia de discussão em Plenário da proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante a nacionalidade brasileira a filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior transcorreu na sexta-feira. A proposta muda o artigo 12 da Constituição, de modo a determinar que o brasileiro nascido no exterior seja registrado na repartição (embaixada ou consulado) competente.

A PEC deve ser votada nesta semana em segundo e definitivo turno e, caso aprovada, segue para análise da Câmara dos De-



Lando: relator do projeto retirando limite de idade para ministro do TCU

putados. Na Ordem do Dia, os senadores também cumpriram o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que retira o limite de idade para nomeação de auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cargo de ministro do TCU. Atualmente, só podem ser nomeados para o cargo de ministro os brasileiros entre 35 anos e 65 anos de idade.

Os auditores substituem os ministros em seus impedimentos, o que, na opinião do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), autor da PEC, já demonstra sua “capacidade de responder às exigências da

magistratura”. O critério de idade, segundo a proposta, não se aplicará aos auditores que já tenham exercido o cargo de ministro por mais de cinco anos antes de atingir a idade de 65 anos. A PEC tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

Os senadores aprovaram durante a sessão três projetos de decreto legislativo. Dois deles são atos de renovação e outorga de concessão a emissoras de rádio de Bela Vista (MS) e Encruzilhada do Sul (RS). O terceiro projeto de decreto legislativo aprovado dá validade ao Acordo de Cooperação na Área de Turismo, assinado entre Brasil e Ucrânia. As matérias seguem para promulgação.

Pedidos de empréstimo tramitarão com urgência

Após a Ordem do Dia da sessão de sexta-feira, os senadores aprovaram dois requerimentos de urgência a projetos de resolução que tratam de empréstimos. O primeiro projeto autoriza os municípios a tomarem empréstimos para aplicação no Programa de Fortalecimento da Máquina de Administração Municipal.

O projeto original, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), estabelece que os empréstimos serão concedidos pela Caixa Econômica Federal. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou voto em separado definindo o BNDES como o agente dos empréstimos, porque a

Caixa Econômica Federal não disporia de recursos este ano. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), incluiu então as duas instituições. Com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria será votada transcorrido o prazo de duas sessões.

O segundo projeto de resolução que tramita em urgência diz respeito à autorização ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para tomar empréstimo externo de



Bornhausen: projeto autoriza municípios a tomarem empréstimos

US\$ 50 milhões junto ao Banco Mundial para o Programa de Crédito Produtivo Popular, o Crediamigo. Com parecer favorável da CAE, também deve ser votado amanhã. O relator, senador Freitas Neto (PFL-PI), destacou que o Crediamigo já realizou mais de 261 mil operações de microcrédi-

to para a atividade produtiva do Nordeste e que vários desses financiamentos (54,62%) foram tomados por mulheres.

CAE analisa cancelamento de Letras emitidas por SC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã para apreciar uma pauta de oito itens, entre os quais a solicitação do governo catarinense para cancelar o registro, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), de 170 mil



Parecer de Wellington é pela liberação para fins de cancelamento

da matéria ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é pela liberação dos títulos para fins de cancelamento, como solicita o governo de Santa Catarina.

Também está na pauta da CAE a

apreciação da indicação, pelo presidente da República, do presidente e de três conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foram indicados João Grandino Rodas para presidente e Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Mello Franco Neto para conselheiros. Todos os mandatos são de dois anos.

As Letras Financeiras foram emitidas para o pagamento de precatórios judiciais, cujo valor, em 29 de fevereiro deste ano, correspondia a R\$ 402,8 milhões. Na última reunião da CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi concedida vista

apreciação da indicação, pelo presidente da República, do presidente e de três conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foram indicados João Grandino Rodas para presidente e Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Mello Franco Neto para conselheiros. Todos os mandatos são de dois anos.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEXTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2000

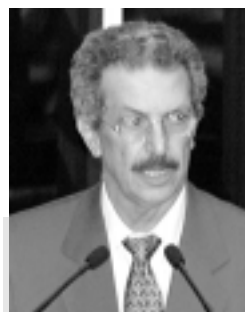
- 1** Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira). Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.
- 2** Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral e outros. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União). Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.
- 3** Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1996. Renova a concessão outorgada à Rádio Bela Vista OM (MS). Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 4** Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1996. Renova a outorga deferida à Rádio Encruzilhadense OM, de Encruzilhada do Sul (RS). Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 5** Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2000. Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a Ucrânia, em Brasília, em 28 de abril de 1999. Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 6** Requerimento nº 309, de 2000. Senador Lúcio Alcântara. Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2000, com os projetos de Lei do Senado nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Resultado: Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2000, passa a tramitar em conjunto com os projetos de Lei do Senado nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, que já se encontram apensados, e retornam ao exame da CAS, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Relatório sobre Estevão será lido hoje na CCJ

Reunião da comissão deverá começar por volta das 18h, após a Ordem do Dia do Plenário, com a leitura de documento elaborado por Tuma. Agripino pretende concluir o trâmite da matéria até quarta-feira

O relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) sobre o processo de cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar será lido em sessão extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania hoje à noite. O senador Romeu Tuma foi encarregado pelo presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), de avaliar a existência de incorreções jurídicas, legais ou constitucionais no parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM), aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na madrugada da última quinta-feira.



Tuma pretende entregar seu relatório até o meio-dia de hoje



Estevão terá oportunidade de fazer sua defesa na CCJ

A reunião da CCJ deverá começar por volta das 18h, após a Ordem do Dia, e, de acordo com a pauta expedida pela secretaria da comissão, já está definido que a

Tuma informou, na sexta-feira, que dedicaria todo o fim de semana à leitura das notas taquigráficas sobre os debates ocorridos no conselho. Ele disse também que sua in-

votação do relatório (que pode acontecer ou não hoje) será de forma nominal e secreta, como previsto pelo Regimento Interno. Agripino também quer concluir o trâmite do processo na comissão, mesmo que aconteça pedido de vista, até a próxima quarta-feira.

tenção é entregar o relatório ao presidente da CCJ até o meio-dia de hoje, para que todos os integrantes da comissão e os advogados do acusado possam acompanhar a leitura.

Além de corregedor do Senado, Tuma é membro do Conselho de Ética e acompanha o processo desde o início, antes mesmo do encaminhamento, pelos partidos do Bloco Oposição, da representação contra Estevão, no começo deste ano.

A CCJ dispõe de cinco sessões ordinárias, contadas desde a sexta-feira passada, para apreciar a matéria. Além de examinar o relatório de

Tuma, os senadores da comissão deverão ouvir a defesa do senador Luiz Estevão. Se concluírem pelo endosso do parecer emitido pelo Conselho de Ética, o processo segue para decisão final pelo Plenário. Caso contrário, será arquivado. A comissão é composta por 23 senadores, e a aprovação do relatório depende de 12 votos favoráveis.

As acusações levantadas contra Estevão referem-se à provável participação de suas empresas – que compõem o Grupo OK – nas obras superfaturadas do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, conforme apurado pela CPI do Judiciário.

Tião Viana aponta ameaça à integridade física de governador

O senador Tião Viana (PT-AC) denunciou em Plenário, na sexta-feira, que a integridade física do governador do Acre, Jorge Viana – irmão do senador –, está ameaçada. O parlamentar afirmou que um veículo de comunicação do estado estampa “calúnias diárias contra a imagem de coragem e seriedade” do governador. O senador afirmou também que este veículo de comunicação tem incitado atos de violência contra o governador.

Por trás dessas ações, afirmou Tião Viana, está “um grupo político chamado MDA”, que reúne todos os políticos acreanos citados em escândalos nacionais. O senador citou o ex-governador Romildo Magalhães e o senhor Narciso Mendes, segundo ele envolvido em um desvio de R\$ 65 milhões. Também arrolou o deputado federal José Aleksandro, que assumiu na vaga deixada por Hidelbrando Pascoal e que, de acordo com o senador, “deveria estar cassado se seu sigilo bancário fosse quebrado”.

O senador informou que já houve dois depoimentos prestados junto ao Ministério Público relatando uma “trama de José Aleksandro e do senhor Narciso Mendes para assassinar o governador Jorge Viana”. Para o parlamentar, não se pode aceitar que um movimento de oposição ao governo estadual “albergue pilantras e criminosos”.

Tião Viana ressaltou que, após a cassação e prisão de deputados acreanos, já houve o enquadramento de mais de 40 supostos integrantes de esquadrão da morte. Lamentou ainda as reportagens mostrando que políticos acreanos, entre



Tião Viana vê o MDA por trás das ações contra o governador

eles o ex-governador citado, se apossaram de terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e hoje constroem mansões nos lotes antes destinados à reforma agrária.

O representante do Acre no Senado disse que as pessoas que compõem o MDA “dominaram o estado por quase 16 anos e geraram miséria, fome, desemprego e falta de oportunidade de se construir a cidadania dentro do Acre”.

Afirmou que o movimento também traz pessoas de bem, mas que “perderam o costume da convivência ética e preferem o incitamento à violência”. Tião Viana afirmou que o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) integra o MDA.

Viana lembrou que o deputado cassado Hidelbrando Pascoal “era um justiceiro que tinha um grupo articulado para matar pessoas, com ligações com o deputado José Aleksandro, que não por acaso é o suplente de Hidelbrando”.

– Lamento que pessoas que têm mandato de senador, como o senador Nabor Júnior, não percebam que isto esteja acontecendo no estado do Acre – afirmou Tião Viana.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que pessoas que têm história no estado façam hoje parte desse grupo. Nabor Júnior, que respondeu às críticas da tribuna, em novo discurso, disse em aparte a Tião Viana que a senadora “não tem o direito de ditar norma de comportamento a quem quer que seja”. Lembrou que o MDA é uma coligação partidária, e não de pessoas, e que ninguém é 100% honesto ou intocável. Para ele é a Justiça, e não a senadora, que deve ter a prerrogativa de condenar.

Nabor: se fatos forem verdadeiros, não devem ser atribuídos ao PMDB

Respondendo ao pronunciamento feito pelo senador Tião Viana (PT-AC), no qual ele disse que integrantes da coligação Movimento Democrático Acreano (MDA) estariam, através da imprensa, publicando calúnias contra a imagem e incitando atos de violência contra o governador Jorge Viana, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que, se as ameaças são verdadeiras, ele as deplora e condena. Nabor acrescentou que,

mesmo se verdadeiros, tais fatos não podem ser atribuídos à coligação na qual o PMDB está inserido no Acre.

Referindo-se à citação de Tião Viana de que integrantes do MDA se apossaram de terras do Instituto de Colonização e Reforma Agrária para construir mansões, Nabor Júnior explicou que as terras, próximas a Rio Branco (AC), foram invadidas por centenas de agricultores que depois as venderam para outras pessoas. Ele acrescentou que o assunto está sendo tratado na Justiça e, mesmo que tenha havido alguma irregularidade, não é correto imputar qualquer responsabilidade à coligação política a qual pertence, por atitudes isoladas de “três ou quatro” de seus integrantes.

– Quando se celebra uma coligação partidária, não se faz em parte, mas num todo. Não se pode exigir de um dirigente de partido político que ele exclua pessoas do seu quadro. O PMDB formalizou uma coligação com o PFL e o PPB para concorrer às eleições municipais. Da mesma forma que o PT fez coligações para disputar as eleições de 1998 com 11 partidos, desde a extrema esquerda até a extrema direita – registrou Nabor Júnior.

O senador disse ainda que se os quadros de qualquer partido têm alguma pessoa a quem está sendo imputada responsabilidade



Nabor afirma que também deplora e condena ameaças

criminal, cabe à Justiça julgar. E se essas pessoas têm algo a pagar, que paguem na Justiça. Sobre a ligação do MDA com o empresário Narciso Mendes, que segundo Tião Viana estaria envolvido em um desvio de R\$ 65 milhões, Nabor Júnior afirmou que às vésperas da eleição de 1998 o então candidato Jorge Viana reuniu-se mais de oito vezes com Narciso para “tramar” a “implosão” de uma coligação que estava sendo organizada com o objetivo de reeleger o então governador Orleir Carmeli.

– Hoje se incrimina Narciso. Ele é tratado como assassino, dizem que faz ameaças ao governador e é nocivo à sociedade. Mas há dois anos era um herói porque servia aos interesses do PT – criticou Nabor Júnior.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que o PT não vincula ética a acordo político. “Não há problema fazer oposição ou coligação, mas tem pessoas que são joio demais”, afirmou. Já o senador Tião Viana (PT-AC) cobrou mais coerência de Nabor Júnior, pedindo que o senador não jogue fora toda uma vida pública se unindo com pessoas ligadas ao crime organizado. Viana criticou ainda o silêncio de Nabor e do PMDB frente a crimes cometidos no estado. Lembrou que o governo estadual está enfrentando o crime organizado e o narcotráfico.

O senador José Alencar (PMDB-MG) destacou o respeito que Nabor Júnior tem no PMDB. “O partido se orgulha de ter um homem com o seu passado em seus quadros”, disse. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), também em aparte, lembrou que, como ministro da Justiça, levou ao presidente da Câmara dos Deputados as denúncias contra o deputado Hidelbrando Pascoal e que o PMDB sempre colaborou na apuração.

Debate sobre a cassação de senador marcou semana

Com 11 votos a favor e 3 contra, os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiram recomendar a cassação de Luiz Estevão, que será examinada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar favorável à cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) marcou os trabalhos do Senado na semana que se encerra. Por 11 votos a 3 e uma abstenção, os senadores acataram a recomendação de cassação, reconhecendo a quebra de decoro parlamentar. Essa decisão será examinada quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ser votada em Plenário.

Ao longo da semana, o Plenário aprovou texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Trata-se de instrumento multilateral que estabelece com a comunidade internacional compromisso que estimula o combate ao crime no comércio entre países, sem atingir a soberania das nações.

Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que o principal objetivo desse texto é



Os membros do Conselho de Ética concluíram que Luiz Estevão quebrou o decoro parlamentar

“erradicar, mediante a responsabilidade compartilhada dos países, a prática da corrupção nas transações comerciais internacionais, que, além de distorcer as condições normais de competitividade, desperta sérias preocupações de ordem moral e política”.

Em primeiro turno, o Senado

iniciou a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. Já em segundo turno, o Plenário realizou o primeiro dia de discussão da proposta de emenda

constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante o registro em repartição consular competente do filho de brasileiro nascido no exterior.

O Senado também aprovou contrato de reescalonamento de dívida da República Islâmica da Mauritânia para com o Brasil, no

valor de US\$ 6,7 milhões, relativos a operações de financiamento à exportação. Lembrando que a Mauritânia se inclui entre os países pobres altamente endividados, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o perdão total da dívida. Ele informou ter recebido do Ministério da Fazenda a informação de que o governo enviará projeto ao Senado nesse sentido.

Também nesta semana, o Senado prestou homenagem ao jornalista Carlos Castello Branco, que por três décadas assinou, no *Jornal do Brasil*, coluna política que se tornou leitura obrigatória no país. Os senadores também aprovaram decretos legislativos destinados a renovar a concessão das seguintes emissoras: Rádio e TV Correio, de João Pessoa (PB); Fundação Logos, de São José dos Campos (SP); Rádio Esperança Prudentópolis, de Prudentópolis (PR); Sombrasil Comunicações, de Cachoeiro do Itapemirim (ES); e Rádio FM Condição, de Três Lagoas (MS).

CCJ aprova restrições à venda e à utilização de armas de fogo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou semana passada substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos que restringem a venda de armas de fogo no país. Pela proposta, apreciada na mesma semana em que o seqüestro de um ônibus no Rio de Janeiro mobilizou a opinião pública, o comércio de armamentos fica proibido em todo o território nacional, com algumas exceções, e as pessoas que possuem armas legalizadas terão de entregá-las a unidades das Forças Armadas ou das polícias.

Somente poderão comprar armas e munição, de acordo com a proposta, as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública, empresas de segurança privada e de transporte de valores, clubes de tiro e de caça, guardas florestais, agentes de trânsito, agentes de órgãos de fiscalização ambiental, moradores de áreas rurais e colecionadores. E essas armas deverão ter marcas que as diferenciem das não registradas.

Com base em relatório do senador Bello Parga (PFL-MA), a CCJ aprovou também projeto do Executivo que redefine os crimes con-



Calheiros apresentou substitutivo que proíbe a venda de armas em todo o território nacional



Parga relatou favoravelmente projeto que tipifica os crimes contra a Previdência Social

tra a Previdência Social. Na justificativa do projeto, o governo argumenta que o crescimento da seguridade exige que se modernize a legislação no que se refere à tipificação criminal das “condutas que venham a ofender bens específicos da Previdência”.

Outra iniciativa aprovada pela CCJ foi a proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução orçamentária decorrente de emendas de parlamentares. Para garantir a execução dessas



Alencar é o autor de proposta, aprovada pela CCJ, que torna obrigatória a execução de emendas de parlamentares

emendas, a proposta determina que elas serão identificadas na lei orçamentária, sendo vedado seu contingenciamento, total ou parcial.

CAE acolhe proposta que eleva verbas para a cultura

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável a projeto que aumenta o percentual de arrecadação das loterias federais destinado ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A transferência passaria de 1% para 3%. O relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), citou dados da Caixa Econômica Federal (CEF) segundo os quais o repasse passaria dos atuais R\$ 25 milhões por ano para R\$ 75 milhões anuais.

A CAE acatou ainda pareceres favoráveis a dois empréstimos externos, no valor total de 3,23 milhões de euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinados ao financiamento do programa de modernização da infra-estrutura das universidades federais e de seus hospitais universitários.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável a projeto que define regras para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras de setores privatizados da economia. O texto

determina que os servidores dessas agências serão regidos pela CLT.

Em audiência pública realizada pela CAS, dez autoridades discutiram a questão do financiamento de moradias no país.

Também em audiência pública, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, informou à Comissão Mista de Orçamento que o governo promoveu cortes de R\$ 7,4 bilhões no Orçamento deste ano para garantir a manutenção do equilíbrio fiscal. Ele elogiou a proposta de Orçamento impositivo, defendida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

E a CPI do Roubo de Cargas aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Abaeté Táxi Aéreo e do empresário Jorge Melo, por indícios de participação em esquema de lavagem de dinheiro e transporte de cargas ilegais. Também foi decidida a convocação de José Ademir Albarello, preso no Rio Grande do Sul, sob a acusação de envolvimento com desvio de cargas.

Melo defende uso da inteligência militar na segurança pública

Para senador, Forças Armadas devem participar do combate à criminalidade, mas não com a presença de soldados no patrulhamento das ruas

Em discurso pronunciado na Hora do Expediente de sexta-feira, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a participação das Forças Armadas nas ações de segurança pública. Mas, para ele, essa participação não deve se dar com a substituição dos policiais por soldados no patrulhamento das ruas, e sim com o uso dos setores de inteligência do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Geraldo Melo, primeiro vice-presidente do Senado, lembrou a polémica provocada pela proposta do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que defende a participação das Forças Armadas na manutenção da segurança pública, e manifestou suas dúvidas quanto à eficácia da substituição de policiais por soldados.

— Não acho que devam abandonar a caserna e trocá-la por uma patrulha de rua, mas a inteligência das Forças Armadas tem de se debruçar sobre o problema — afirmou, acrescentando que o Brasil caminha para “uma situação de instabilidade capaz de desafiar a autoridade do Estado”.

Melo manifestou-se contrário ao projeto que proíbe a venda de armas, dizendo que a matéria está sendo discutida “em meio ao pânico que tomou conta da sociedade pelo clima de insegurança”. Lembrou, a propósito, incidente ocorrido há alguns anos em São Gonçalo do Amarante — cidade a menos de dez quilômetros da capital do Rio Grande do Norte, Natal —, quando 14 pes-



Geraldo Melo alerta para “uma situação de instabilidade capaz de desafiar a autoridade do Estado”

soas foram mortas por um pistoleiro. Ao chegar à cidade um carro de polícia, o pistoleiro matou também o policial e se suicidou.

— Não tenho condições de ir a São Gonçalo do Amarante e dizer que todos devem ficar sem suas armas porque o Estado garantirá a segurança do cidadão. Apelo até para o meu partido para que não feche questão sobre essa matéria, porque não tenho condições de votar favoravelmente a ela — disse.

Ressaltando que o projeto proíbe a venda de armas em lojas, o senador observou que “bandidos não compram armas em lojas”. Para ele, a proibição da venda de armas é uma visão pontual e isolada de um problema mais amplo.

Melo citou o livro *The state, the war and the state of war* (“O Estado, a guerra e o estado de guerra”), do canadense Kalevi J. Holsti. O autor lembra 164 conflitos eclodidos no mundo desde 1945, para constatar que 126 deles foram internos, e não entre Estados.

Alcântara quer debater papel das Forças Armadas na paz

“O que devemos fazer com as nossas Forças Armadas, além, evidentemente, de adestrá-las, de prepará-las para uma eventual agressão externa?”, indagou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), propondo ao Plenário do Senado um debate sobre o papel dos militares em tempos de paz. Ele lembrou a sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães de uso das Forças Armadas para melhorar as condições de segurança da população.

Sem entrar no mérito da discussão, Alcântara apontou na proposta o mérito de provocar o debate.

— Se a guerra entre países, pelo menos no nosso subcontinente,



Alcântara diz que o Brasil nunca teve percentuais elevados de gastos com as Forças Armadas

parece algo afastado da realidade, qual seria a missão das nossas Forças Armadas, que destinação outra poder-se-ia dar para que as

MST

O senador também manifestou preocupação com o futuro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Lembrou a união da guerrilha com o narcotráfico na Colômbia e afirmou que movimentos como a guerrilha colombiana necessitam inicialmente de ouvintes, que depois se transformam em militantes. Em seguida, necessitam de apoio interno, da opinião pública, da mídia, até mesmo da comunidade internacional, precisando, para isso, de dinheiro — motivo pelo qual se unem ao narcotráfico.

Melo mencionou itens da cartilha do MST divulgados pela imprensa sobre assuntos que nada têm a ver com a reforma agrária. Disse ter medo de que o MST “passe a ser um dos movimentos bem nascidos que necessitam de apoio interno, da opinião pública, da mídia, de apoio internacional e também de dinheiro”. Para ele, isso pode fazer com que se repita, no Brasil, a associação que já ocorreu em muitos lugares do mundo.

Forças Armadas, com sua disciplina, com seu patriotismo, com sua capacitação profissional e técnica, ajudassem o Brasil a se desenvolver?” — perguntou, para estimular a discussão.

Lúcio Alcântara observou, ainda, que é preciso dar um crédito aos militares brasileiros, com todas as restrições que se possam fazer ao período do governo militar. Acrescentou que nunca houve percentuais elevados de gasto com as Forças Armadas, ao contrário do que aconteceu em outros países que atravessaram períodos de governos militares e onde o orçamento militar cresceu “assustadoramente”.

Cabral pede destinação maciça de recursos contra a violência

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu uma mudança de mentalidade do governo em relação à segurança pública, começando pela destinação maciça de recursos federais para atacar as causas estruturais do crime, como o contrabando de armas, a injustiça social, o despreparo das polícias, inclusive a Federal. “Está faltando comando e está faltando dinheiro”, enfatizou, classificando a violência no Brasil como uma “autêntica epidemia”.

Segundo Cabral, é inadmissível que o Plano Plurianual, com investimentos de mais de R\$ 1 trilhão para 365 projetos ao longo de quatro anos, não preveja recursos para segurança pública. Ele aponta como medidas essenciais para mudar o quadro de violência que se instalou no país o patrulhamento dos portos, aeroportos e fronteiras para impedir o contrabando de armas, o reaparelhamento da Polícia Federal, com treinamento de divisões anti-sequestro e atiradores de elite, e o combate à injustiça social.

O senador criticou o projeto que proíbe a comercialização e o porte de armas de fogo, pois entende que a medida não resolverá o problema da violência no Brasil. “O projeto vai desarmar o cidadão, mas não o cri-



Cabral afirma que estão faltando “comando e dinheiro”

minoso, que continuará a receber armamento pesado através do contrabando”, argumentou.

Bernardo Cabral apresentou as estatísticas sobre homicídios no Rio de Janeiro (59,9 para cada 100 mil habitantes), São Paulo (66,9) e Buenos Aires (4,1). Atribuiu os baixos índices da Argen-

tina ao maciço contingente de sua Polícia Federal — 42 mil, comparados com os 6 mil do Brasil. Afirmou, ainda, que a Argentina faz patrulhamento exaustivo de portos e fronteiras, além de apresentar números bem mais baixos de exclusão social.

Em aparte, Renan Calheiros (PMDB-AL), relator dos projetos sobre armas de fogo, disse que 66% dos homicídios no Brasil são cometidos por motivos fúteis, como brigas de bar ou crimes passionais. “É com essa banalização da violência que o projeto pretende acabar.”

Também em apartes, Heloisa Helena (PT-AL) e Iris Rezende (PMDB-GO) afirmaram que o combate à violência precisa de medidas mais abrangentes e fortes. Também contrário ao projeto, Geraldo Melo (PSDB-RN), comparou a proibição do porte de armas à pretensão de se curar “enfarte do miocárdio com remédio para dor de cabeça”.

Para Geraldo Cândido, é preciso combater as causas

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse na sexta-feira que não basta combater os efeitos da violência, é preciso atacar suas causas. Ele lembrou que o país tem uma das maiores concentrações de renda do mundo, taxas recordes de desemprego e altas taxas de analfabetismo, e opinou que esses são, na verdade, os fatores que geram a violência social.

O senador narrou experiência vivida no Rio de Janeiro em 1994, quando na chamada *Operação Rio*, ordenada pelo então presidente Itamar Franco, o Exército saiu às ruas para combater o narcotráfico e a violência. Na avaliação de Geraldo Cândido, o resultado foi pífio e alterou bastante a rotina dos cariocas. Ele destacou que a população inicialmente apoiou a iniciativa; no entanto, logo começaram a surgir



Cândido pede educação e geração de empregos

cenas de abuso de autoridade, como a da foto divulgada mundialmente, de soldados revistando mochilas de crianças numa favela carioca. O Exército acabou sendo vaiado nas ruas.

— A proposta de usar o Exército para combater o crime é oportunista e populista, porque promete uma solução milagrosa. É também reacionária, porque tenta esconder as verdadeiras causas da violência — afirmou Cândido.

Na opinião do senador fluminense, uma política de geração de empregos e educação teria ajudado a evitar uma tragédia como a do último dia 12, no Rio de Janeiro, em que Sandro do Nascimento manteve reféns em um ônibus por mais de quatro horas e acabou morto pela polícia. No incidente, também foi assassinada uma refém.

Governo é simpático a orçamento impositivo, diz Jucá

Segundo o senador, a emenda de Antonio Carlos Magalhães que torna obrigatória a execução da lei orçamentária anual tem a simpatia do ministro do Planejamento, Martus Tavares. A PEC está na CCJ

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no Senado, disse sexta-feira em Plenário que a proposta de emenda constitucional (PEC) que torna obrigatória a execução da lei orçamentária anual conta com a simpatia de setores técnicos do Executivo, inclusive do próprio ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. A PEC é de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e está

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo o próprio Jucá como relator.

Para o senador, a matéria tem especialmente dois aspectos importantes. O primeiro é a determinação de que a sessão legislativa



Jucá: a sessão legislativa não será encerrada até a votação do Orçamento

não será encerrada sem a votação da lei orçamentária anual. Ou seja, se for aprovada a PEC, o Orçamento Geral da União será necessariamente votado na sessão legislativa do ano anterior à sua vigência. "Assim, evita-se o que ocor-

reu este ano, quando somente em abril foi votado o Orçamento válido para 2000", ressaltou.

Outro aspecto destacado pelo senador é que a emenda torna obrigatória a execução da programação orçamentária, salvo se aprovada pelo Congresso solicitação de iniciativa exclusiva do presidente da República para cancelamento ou contingenciamento da dotação prevista. "Isso quer dizer que deci-

sões do Congresso a respeito do Orçamento não mais serão modificadas a partir de um simples decreto ou portaria", sustentou.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) deu apoio ao pronunciamento de Jucá e lembrou que é autor de projeto, já aprovado pela CCJ, estabelecendo a obrigatoriedade do atendimento às emendas parlamentares na lei do Orçamento.

Hartung propõe discussão na CAE sobre terrenos de marinha

A realização de um amplo debate, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o projeto que transfere o processo de administração dos terrenos de marinha para os municípios foi proposta sexta-feira pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), autor da proposição. Participariam da discussão, disse, representantes do governo federal e dos municípios interessados no projeto.

O senador comunicou ao Plenário que a proposta muda o conceito de terreno de marinha, atualizando o preamar-médio, que vem a ser a média das marés altas medidas ao longo de um ano. Com parecer favorável do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Paulo Hartung defendeu a realização do debate ressaltando que o tema é complexo e interfere diretamente na vida de milhares de famílias que residem em áreas consideradas terrenos de marinha. Ele lembrou que, inicialmente, havia proposto emenda constitucional eliminando o conceito de terreno de marinha, mas devido às fortes reações, principalmente do governo, tomou a iniciativa de apresentar o projeto de lei.

O senador comunicou o recebimento de correspondência da procuradora licenciada da prefeitura de Vitória (ES) Patrícia Marques Gazola, que afirma estar em vigor no Brasil uma legislação medieval, cuja utilidade consiste em transformar a União em uma gran-

de proprietária de terras, com a finalidade única de arrecadação de receitas em detrimento da autonomia dos municípios e do próprio povo, o que dificulta a própria regularização fundiária dos assentamentos urbanos.

O projeto transfere o processo de administração dos terrenos de marinha aos municípios, que têm maior conhecimento da realidade

de local, e estabelece a descentralização do procedimento. Em caso de alienação, Hartung propõe que a arrecadação seja destinada integralmente à capitalização dos fundos de previdência dos servidores municipais.



Paulo Hartung: projeto de lei transfere a administração dessas áreas aos municípios

Médico defende em entrevista à TV Senado fim da menstruação

A menstruação é antinatural, prejudica a saúde e o bem-estar da mulher e deveria ser abolida pelo uso de anticoncepcionais injetáveis. O autor dessas afirmações polêmicas, que provocaram intenso debate nos meios científicos, é Elsimar Coutinho, professor da Universidade Federal da Bahia, entrevistado pelos jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Cláudia Carneiro para a TV Senado. O programa foi ao ar no final de semana.

Coutinho tem entre suas clientes que fizeram opção por não menstruar algumas mulheres famosas, como a apresentadora de televisão Marília Gabriela. Ele escreveu o livro *Menstruação, a sangria inútil*, já editado nos Estados Unidos, a partir de observações clínicas e pesquisas realizadas nos últimos 30 anos. O pesquisador sustenta que a menstruação não é um fenômeno natural, e sim um acontecimento raro na natureza, que programa as fêmeas para alternar gravidez e amamentação, processos hormonais que impedem a ovulação e o posterior sangramento uterino.

A mesma situação teria sido ca-

racterística da espécie humana em seus primórdios, e também da maior parte da população do planeta, até há poucas gerações: "As mães que tinham dez, 15 filhos, quase nunca menstruavam. Menstruar não é natural, e sim amamentar e engravidar", afirma o médico.

Segundo Coutinho, a suspensão da menstruação traz benefícios para a saúde da mulher, suprimindo distúrbios que atingem o corpo e a mente, como a tensão pré-menstrual, as cólicas e a anemia crônica.

– A menstruação é um aborto mensal, um desperdício enorme de sangue. Toda mulher é anêmica, tem menos hemoglobina que o homem. Portanto, os tecidos de seus órgãos recebem menos oxigenação – afirmou.

O cientista contestou a afirmação de que a supressão da ovulação causaria problemas psicológicos, dificuldades sexuais ou infertilidade. Ele defende o ponto de vista exatamente oposto:

– Na verdade, a menstruação é que é geradora de infertilidade, porque toda mulher experimenta o refluxo de parte do sangue menstrual para outros órgãos, como trompas, ovários e

até intestinos, que em 10% delas transforma-se em endometriose, doença que é a principal causa da infertilidade feminina – assinalou.

Coutinho desenvolveu anticoncepcionais que suspendem a ovulação e a menstruação sob forma de injeções, cápsulas vaginais e implantes intramusculares (esses, somente colocados por médicos), todos de longa duração. Ele acredita que a fórmula dos contraceptivos orais mantém a menstruação porque se esperava que o método pudesse, por isso, ser aceito pela Igreja Católica, e indaga: "Por que as mulheres jogam esse sangue fora, se ao tomar a pílula não estão ovulando?"

Atualmente pesquisando um anticoncepcional masculino, a partir da substância gossipol, retirada do algodoeiro, o cientista acredita também na tendência segundo a qual, com a evolução das técnicas de fertilização *in vitro* e clonagem de células, a reprodução humana irá se tornar independente da relação sexual, e que esta será cada vez mais destinada à satisfação do casal.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Unip*: Empresas de bom coração
6h30 – *Debate*: Sen. Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho – As Memórias de um Comunista*
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Sen. Geraldo Althoff fala sobre os hospitais universitários
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Pauto Alegre (RS)
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil* – Turismo no Pará
9h30 – *Entrevista*: Sen. Ernandes Amorim fala sobre a dívida do Banco de Rondônia
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após: Comissão de Educação
13h30 – *Debate*: Sen. Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho – As Memórias de um Comunista*
14h30 – Sessão Plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (vivo)

21h – *Jornal do Senado*

Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e Informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Suplicy homenageia os 80 anos de Celso Furtado

Economista que fundou a Sudene é apontado pelo senador como um homem preocupado com os efeitos da globalização

Os 80 anos do economista Celso Furtado, a serem completados no dia 26 de julho próximo, foram lembrados sexta-feira em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O parlamentar informou que Furtado foi homenageado semana passada em seminários organizados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fundada pelo economista durante o governo de Juscelino Kubitschek, e pela Universidade de São Paulo (USP).

Natural de Pombal (PB), Furtado despontou no cenário político-econômico nacional, segundo Suplicy, como exemplo de lucidez e vida para as novas gerações. O senador paulista leu em Plenário discurso proferido por Celso Furtado durante o seminário da USP em sua homenagem. No texto, o economista citou os desafios brasileiros que vem apontando desde a década de 50 e voltou a defender como imperativos ao desenvolvimento do país a distribuição de renda, a preservação da identidade cultural e da independência política e o zelo com a democracia.

Suplicy classificou a trajetória de Furtado como "exemplo de lucidez e vida para as novas gerações"



– O Brasil é um país marcado por profundas disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais, portanto, frágil em um mundo dominado por empresas transnacionais – disse Suplicy em alusão à preocupação de Furtado com os efeitos da globalização. O senador petista destacou ainda alerta do economista sobre o risco de regimes autoritários surgirem como resposta às tensões sociais criadas pelo movimento de internacionalização dos mercados.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ser um "apaixonado" pelas idéias de Celso Furtado, tão "lúcidas e claras que levaram forças políticas a se armarem contra". Diante da atualidade do projeto delineado por Furtado há 40 anos, Simon sugeriu, com o apoio de Suplicy, um debate entre o economista e o presidente Fernando Henrique Cardoso, a fim de se encontrarem saídas para a crise brasileira.

Juca Sampaio, político alagoano, é lembrado por Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) homenageou sexta-feira o centenário do nascimento de Manoel Sampaio Luz, político e empresário da cidade de Palmeira dos Índios (AL). Durante seus 75 anos de vida, lembrou o senador, Juca Sampaio, como era conhecido, foi prefeito municipal, deputado estadual e vice-governador do estado, além de pioneiro, empresário, agricultor, comerciante, empreendedor e visionário, que lutou para implantar a segunda emissora de televisão do estado, a TV Alagoas.

Segundo Renan Calheiros, Juca Sampaio tinha qualidades humanas e morais que venceram as adversidades do seu próprio destino, servindo de exemplo àqueles a quem coube liderar como político. "Esses homens que plantaram a semente do civismo sustentaram a vida pública nos confins perdidos deste Brasil com padrões



Renan Calheiros

éticos irrepreensíveis que tanta falta hoje nos fazem", afirmou.

Ao finalizar seu pronunciamento, Calheiros homenageou dona Heloísa, viúva de Juca Sampaio, hoje com 94 anos de idade, e seus três filhos, José, já falecido, Geraldo e Gileno, políticos como o pai. "Alguns de seus netos seguem seus passos de cidadão exemplar, político equilibrado e sereno, homem público austero e dotado de retidão de caráter que ainda hoje honra a sua memória", disse o senador.

Proposta de Luiz Pontes fortalece a cultura do caju

Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), com a finalidade de criar condições para financiar a produção, a indústria e aumentar a exportação do produto, foi apresentado pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE). A proposta está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, o Funcaju teria como fontes de recursos verbas do Orçamento da União, doações e contribuições de entidades públicas e privadas, além de rendimentos de aplicações financeiras. Os recursos financiariam o desenvolvimento da cultura do caju, com aumento da tecnologia e da produtividade, e o treinamento de mão-de-obra para o trabalho agrícola e industrial do setor. A proposta do senador pretende ainda utilizar os recursos do fundo para estimular as cooperativas de produtores de caju.

Ao justificar a proposta, Luiz Pontes observou que a lavoura do caju nunca mereceu, do governo federal, atenção condizente com



Luiz Pontes: a cajucultura atravessa atualmente uma aguda crise com a falta de investimentos

seu potencial exportador e sua capacidade de geração de empregos.

– Um dos setores mais importantes da economia nordestina agoniza: a cajucultura, que gera 300 mil empregos diretos e indiretos e atravessa uma aguda crise com a falta de incentivos e investimentos. A produção de castanha de caju é uma das mais rentáveis do Nordeste, especialmente nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão – lembrou.

José Roberto Arruda credita ao Provão melhoria no ensino superior

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, assinalou sexta-feira em Plenário a realização de mais um Provão do ensino superior. Cinco anos após a implantação do processo de avaliação, 214 mil recém-formados nos cursos de Administração, Agronomia, Biologia, Direito, Engenharia e Medicina submeteram-se às provas, uma semana atrás, aplicadas por 20 mil professores em 943 pontos do país.

Além de proporcionar a melhoria da qualidade do ensino universitário, o Provão teve o mérito, segundo Arruda, de garantir maior rigor aos critérios de avaliação dos cursos e dos profissionais. "A partir dessa avaliação, as universidades têm trabalhado melhor e têm consciência da sua importância para a



Segundo Arruda, o último Provão avaliou, uma semana atrás, 214 mil recém-formados em vários cursos

continuidade da melhoria do ensino", observou.

Ao mencionar os resultados positivos alcançados com a avaliação, o senador lembrou a resistência do movimento estudantil e de setores

do meio acadêmico quando a iniciativa foi lançada. "As mudanças têm um custo e é preciso coragem para fazê-las", declarou, exaltando a recompensa de ver hoje as instituições universitárias preocupadas em investir no ensino sob pena de perder a autorização de funcionamento.

– Como professor e pai de alunos universitários, vejo a melhoria acentuada dos cursos superiores, e isso se deve ao aperto que a avaliação impôs às universidades públicas e particulares – disse Arruda.

Antes de render homenagens ao presidente Fernando Henrique e ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pela iniciativa, Arruda afirmou que quem está de parabéns é a sociedade brasileira.